



Menos lobistas que não puderam ir à Constituinte foram às ruas pelos direitos da criança carente

Criança também tem lobby

Pelos carentes, dois mil menores pressionam a Constituinte

Branco, pretos, orientais. Ao todo, cerca de duas mil. Alguns, excepcionais. A maioria absoluta, carente. É este o perfil das crianças que foram fazer seu lobby ontem em frente ao Congresso Nacional. Elas representavam os 25 milhões de menores carentes brasileiros, dos quais 5 milhões vivem nas ruas e não têm sequer referência familiar. Outros 12 milhões sabem do paradeiro do pai ou da mãe, e geralmente são arrimo de família antes dos 13 anos.

Em frente à rampa, em um palco montado sobre o gramado, meninos e meninas deram seu recado à Constituinte: "Criança e jovem são prioridade nacional", gritavam em coro. De repente, no intervalo de uma apresentação de rock da banda Sorriso Oculto, o microfone é passado para um garoto de 11 anos. Compenetrado, André Luiz evoca a Legião Urbana — "que País é esse? a favela, o senado, vi sujeira por todo lado/ninguém respeita a Constituição/mas todos acreditam no futuro da Nação...".

André cursa a 5ª série no Caseb. Pare ele, o que o Brasil mais precisa é de boas escolas — "a minha está destruída e até hoje ninguém quis consertar". A mesma queixa foi feita pelos Meninos e Meninas da Rua, um movimento nacional que compareceu ontem apenas com 10 representantes. Segundo uma das coordenadoras do grupo, foi difícil arregimentar mais participantes, primeiro porque uma grande parte deles trabalha como ven-

dedor de amendoinha e engraxate na rodoviária, e não queria perder a féria do dia. Segundo, devido à "vergonha" que sentem no meio de estudantes.

Glison Santana, 12 anos, mora na rua e também fez seu pedido — "quero uma casa". Ele hesita um pouco para responder, mas depois completa — "o que eu mais preciso é de roupa, estudo e uma vida mais boa". Outros, preferem "almoçar todo dia". As dificuldades de sobrevivência desses lobistas, que apresentaram uma emenda popular com mais de 150 mil assinaturas à Constituinte, e uma carta de reivindicações com mais de um milhão e 300 mil assinaturas, atinge também as instituições filantrópicas.

O Instituto Don Orione, por exemplo, que tem convênio com a Fundação Educacional do Governo do Distrito Federal, vive praticamente de doações. Uma delas entretanto não foi possível retirar do Banco do Brasil da Asa Norte. Foi feita pelo deputado Amaral Netto (PDS-RJ) em 87 e, por ser irrisória — apenas mil cruzados — e exigir dezenas de documentos para ser sacada, acabou ficando presa na conta corrente. Essa escola, que possui 32 excepcionais e 70 internos carentes, tem resistido graças à boa vontade de seus professores. Eles próprios compram os livros para seus alunos, segundo declarou a diretora Marina de Abreu.

A manifestação em frente ao Congresso foi organizada pela Comissão Nacio-

nal Criança e Constituinte e pelo Fórum — Defesa da Criança e do Adolescente. Para hoje eles preparam uma estratégia de ação interna. Pretendem conseguir pelo menos 200 senhas, que dão direito à entrada para as galerias, e acompanhar de perto as votações. O resultado será a resposta dos constituintes a um trabalho de mobilização e convencimento que começou em agosto de 86.

E culminou ontem com passeatas organizadas em vários estados; e, ainda, com um componente emocional a mais: por volta das 15 horas, o sistema de som do Congresso registrou o grito de alerta de quase duas mil crianças que, da Praça da Sé, em São Paulo, telefonaram para o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Entre outras coisas, os pequenos querem garantir que somente os maiores de 14 anos sejam obrigados ao trabalho.

Ainda segundo Vital, será importante a Constituição estender aos trabalhadores acima de 14 anos todas as vantagens da Previdência Social. E também, proibir a aplicação da legislação penal aos infratores com menos de 18 anos. Para esses, disse Vital, será mais adequado escolas e casas de reeducação. No segundo turno, os "baixinhos" querem assegurar no texto constitucional a licença maternidade de 120 dias e a paternidade, de oito, além de ensino especializado para os deficientes, creche e pré-escola para os de zero a seis anos e escola para crianças de até 14 anos. Tudo gratuito.

CORREIO BRAZILIENSE
CORREIO BRAZILIENSE

25 MAI 1988